



Número: **0707516-07.2018.8.07.0009**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **07/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.020,00**

Relator: JOAO LUIS FISCHER DIAS

Processo referência: **0707516-07.2018.8.07.0009**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
DALVA FERREIRA DOS SANTOS (RECORRENTE)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (RECORRIDO)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7518915	07/03/2019 16:26	Acórdão	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0707516-07.2018.8.07.0009

RECORRENTE(S) DALVA FERREIRA DOS SANTOS

RECORRIDO(S) BANCO DAYCOVAL S/A

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão N° 1155167

EMENTA

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO
CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO
INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O
CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO.
CARTÃO SEM USO. NULIDADE DO CONTRATO. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR
RECEBIDO E O EFETIVAMENTE PAGO PELA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS NÃO
CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO
NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.
3. Com efeito, não consta no contrato colacionado (ID 6578246, p. 1/2), de forma expressa e clara, o montante emprestado, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.
4. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 6578247), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC.



5. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente contratado e por ela utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

6. Para fins de normatizar os efeitos da declaração de nulidade, com a restituição possível *ao status quo ante*; deve ocorrer a compensação (art. 368, CC) nos seguintes termos: o crédito do banco decorrente do depósito do valor mútuo, considerado o valor histórico (sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor efetivamente pago pelo consumidor pelas prestações respectivas. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança pela parte credora.

7. Precedentes: [Acórdão n.1141698](#), 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. *versus* DIJALMA DA SILVA SANTOS. [Acórdão n.1142749](#), 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

8. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raíais do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

9. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE** para declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC; condenar o Banco a cessar definitivamente os descontos em folha de pagamento ou conta bancária do consumidor; determinar, como efeito da nulidade declarada, que se opere a compensação na forma do art. 368 do CCB, nos seguintes termos: o crédito do banco derivado do depósito do valor mútuo, (considerado o valor histórico, sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor das prestações efetivamente pagas pelo consumidor. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança.

10. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

11. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 27 de Fevereiro de 2019



RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela autora contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional. Assevera, ainda, que não utilizou o cartão, uma vez que o mesmo jamais lhe foi enviado.

Contrarrazões apresentadas (ID 6578264).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.

Com efeito, não consta no contrato colacionado (ID 6578246, p. 1/2), de forma expressa e clara, o montante emprestado, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.

Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 6578247), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC.



No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente contratado e por ela utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

Para fins de normatizar os efeitos da declaração de nulidade, com a restituição possível *ao status quo ante*; deve ocorrer a compensação (art. 368, CC) nos seguintes termos: o crédito do banco decorrente do depósito do valor mútuo, considerado o valor histórico (sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor efetivamente pago pelo consumidor pelas prestações respectivas. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança pela parte credora.

No sentido acima colaciono os seguintes precedentes das Turmas recursais:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA AFASTADA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. PRETENSÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA. RESTITUIÇÃO DOS CONTRATANTES AO STATUS QUO ANTE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO INDEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO. PREJUDICIAL AFASTADA E PROVIDO EM PARTE. I. (...)

VII. Resta minimamente comprovada a realização do saque e a disponibilização do crédito a parte autora, devendo, pois, ser compensado o crédito recebido com o montante descontado do benefício previdenciário, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença. (...) ([Acórdão n.1141698](#), 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. versus DIJALMA DA SILVA SANTOS.) (Grifo nosso)

JUIZADO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. PAGAMENTO MENSAL, MEDIANTE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS. ABUSIVIDADE. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. COMPENSAÇÃO. 1. (...) 4. Assim, devem ser suspensos os descontos referentes a RMC diretamente no benefício do recorrente, bem como restituídos os já realizados, nos exatos termos delineados em sentença. **Cumpra ressaltar que o saldo devedor referente ao valor de empréstimo efetivamente disponibilizado deve ser quitado pelo consumidor, a fim de que não incorra em enriquecimento sem causa, o que poderá ser feito mediante compensação com o valor devido pelo banco recorrente, nos termos do art. 368, do CC. (...)** ([Acórdão n.1142749](#), 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A). (Grifo nosso)



JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE EMPRÉSTIMO. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL - RMC. DEVER DE INFORMAÇÃO. DESVANTAGEM EXAGERADA. VÍCIO NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE DO CONTRATO. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. (...)

12. Para se evitar locupletamento indevido pelo consumidor, impõe-se a devolução apenas da diferença entre o valor efetivamente cobrado até a declaração de nulidade dos contratos e do valor comprovadamente disponibilizado, caso ultrapassado, aplicando-se o instituto da compensação previsto nos artigos 368 e seguintes do Código Civil. (...) (Acórdão n.1136555, 07012413920188070010, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 09/11/2018, Publicado no DJE: 22/11/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A versus JOAO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA)

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE** para declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC; condenar o Banco a cessar definitivamente os descontos em folha de pagamento ou conta bancária do consumidor; determinar, como efeito da nulidade declarada, que se opere a compensação na forma do art. 368 do CCB, nos seguintes termos: o crédito do banco derivado do depósito do valor mútuo, (considerado o valor histórico, sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor das prestações efetivamente pagas pelo consumidor. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à minguia de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME



